



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG RODRIGO DUARTE MONTEIRO

**A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO DO BRASIL ATUANDO COMO FORÇA
DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ENG RODRIGO DUARTE MONTEIRO

A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO DO BRASIL ATUANDO COMO FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Eng RODRIGO DUARTE MONTEIRO

**Título: A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO DO BRASIL ATUANDO COMO
FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS.**

**Trabalho Acadêmico, apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a obtenção da
especialização em Ciências Militares, com
ênfase em Gestão Operacional, pós-
graduação universitária lato sensu.**

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
JOSÉ MAURÍCIO NETO - Maj Presidente da Comissão	
ARACATY ANDRADE SARAIVA- Maj 1º Membro	
LUIS AUGUSTO LOPES JUNIOR-Maj 2º Membro	

RODRIGO DUARTE MONTEIRO – Cap
Aluno

A IMPORTÂNCIA DA PROJEÇÃO DO BRASIL ATUANDO COMO FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

Rodrigo Duarte Monteiro¹
Luís Augusto Lopes Junior²

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar os pontos fortes em operações de paz com tropas brasileiras, como um meio de utilizar seu hard power no cenário internacional entre diversas missões de paz como uma maior projeção no estado brasileiro no âmbito internacional. Será apontada a relevância da presença militar nas missões de paz a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU), nos períodos mais recentes, como por exemplo a missão de paz brasileira no Haiti que alcançou um patamar muito importante no quesito de coordenação e comando da força militar no Brasil. O desempenho em operações de paz das Forças Armadas (FA) está diretamente relacionado à política internacional no que tange a inserção no Conselho Internacional de Segurança e a respectiva projeção do país no cenário mundial.

Palavras-chave: Operações de paz; inserção internacional.

ABSTRACT

The article aims to analyze the strengths of peacekeeping operations with Brazilian troops as a means to use their hard power on the international scene through these various peacekeeping missions as a major projection in the Brazilian state at the international level. The relevance of the military presence in peacekeeping missions under the responsibility of the United Nations, in more recent periods, will be pointed out, for example, the Brazilian peacekeeping mission in Haiti, which reached a very important level in terms of coordination and command of the military force in the country. Brazil. The strategy of demonstrating the armed forces in peacekeeping operations is an intrinsic international policy regarding the insertion and projection of a country on the world stage.

Keywords: Peacekeeping operations; international insertion.

1. Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras.

2. Major da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Pós Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

1.INTRODUÇÃO

O Brasil, como potência regional, procura caminhos para aumentar sua influência e poder de decisão no cenário mundial. Porém, realizar esforços para adquirir posição de destaque no cenário internacional para participar de negociações mais favoráveis é muito oneroso, retratados, na contribuição que o Estado tem para contribuir em atividades relacionadas a manutenção de paz. De modo que os países classificados como superpotências tem como meio de projeção de poder um vasto poderio bélico, o Brasil vem demonstrando capacidade de erguer uma positiva reputação através da execução de suas ações militares em operações de paz, resultando consubstancialmente em grande aumento orçamentário das Forças Armadas.

Segundo o pensamento de Nye, Joseph Samuel Jr (2004) a definição de soft power é a capacidade de um corpo político (geralmente um Estado) de influenciar comportamento de outro por meios diplomáticos. Tal fator pode-se observar na diplomacia brasileira em se orgulhar ao reafirmar um acumulado histórico da política exterior nacional fundamentado em valores e princípios, como a não-intervenção, a resolução pacífica de controvérsias, a imparcialidade e o respeito ao direito internacional.

Ao contrário do proposto do termo soft power, o hard power procura exercer poder e influenciar outros países mediante o emprego de recursos militares, políticos ou econômicos. O poder militar brasileiro, além de importante para questões de segurança internacional e defesa, sustenta o esforço de ampliação do papel político internacional, da autonomia e do poder de barganha do país.

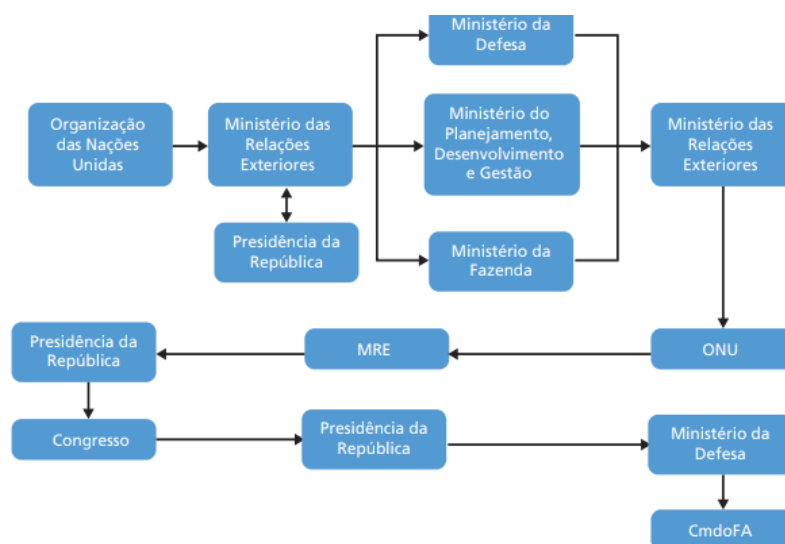


Figura 1: Processo decisório brasileiro para engajamento de tropas em operações de paz
Fonte: Brasil (2013 p.55)

Ignorar as vantagens que as Forças Armadas (de acordo com o Tema disciplinado no artigo 142, da Constituição Federal, na seguinte conformidade: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à

garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”) aportam aos planos de inserção internacional do país prejudica inclusive o próprio soft power (diplomacia) supracitado. À medida que se consolida e se expande a política de defesa e segurança do Brasil, amplia-se também sua influência internacional. A ausência de conflitos territoriais e as opções pela cooperação e pela não securitização de ameaças advindas dos países vizinhos estão relacionados a uma estratégia internacional que enfatiza o desenvolvimento ao invés de questões estratégico-militares. Mas isso não significa que as Forças Armadas não possuam seu papel na busca pelos objetivos nacionais.

Uma das estratégias brasileiras de engajamento externo tem sido a participação ativa em instituições internacionais. Nesse âmbito, questões como desenvolvimento econômico, direitos humanos e meio ambiente dividem a pauta dos interesses nacionais com questões de segurança. O pleito brasileiro de ator importante em questões de segurança internacional e manutenção da paz é antigo e marcou-se pela ambição de participar permanentemente dos principais fóruns de debate de tais questões. Essa tem sido uma demanda apresentada pelo Brasil desde a participação na Segunda Guerra Mundial

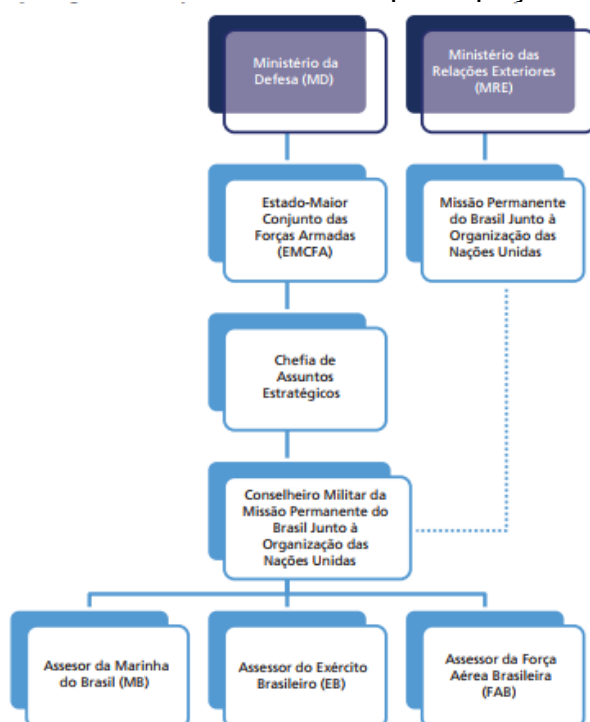


Figura Nr 2:Articulação organizacional para lidar com assuntos de missões de paz
 fonte:OLIVEIRA ANDRADE, Insrael;HAMANN PASSARELLI, Eduarda; AUGUSTO SOARES, Matheus. **A participação do Brasil nas missões de paz das Nações Unidas: Evolução desafios e oportunidades.** janeiro de 2019.

Posteriormente, a busca pelo assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ainda que marcado por altos e baixos, tem influenciado o comportamento externo do país, em especial durante os últimos governos. O argumento de que o Brasil consegue contribuir substancialmente em questões de manutenção da paz e da segurança internacionais com um poder paradoxalmente forte em *soft power* e suave em *hard power*, não exime o país, entretanto, de participar de ações tradicionais de manutenção da ordem, envolvendo suas Forças Armadas.



Figura nr 3: Reunião do Conselho de segurança da ONU

Fonte: < <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-pede-contencao-em-meio-a-tensoes-no-golfo-entre-ira-e-eua/> >

1.1 PROBLEMA

Este artigo busca, portanto, examinar as contribuições militares brasileiras em esforços internacionais que exigiram o uso de forças militares. A participação de tropas brasileiras em operações de paz da ONU possui tais características de uso militar. Cada participação bem-sucedida melhora as referências brasileiras para tratar de questões internacionais de segurança e manutenção da paz.

Ao término do trabalho procura-se responder aos seguintes questionamentos:

- Qual a relação do sucesso das operações de paz protagonizadas pelas tropas brasileiras para a projeção do Brasil no aspecto internacional?
- Quais são as vantagens advindas ao se projetar o país numa missão de paz?
- Há algum tipo de benefício para as Forças Armadas em geral ao participar em uma missão de paz?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é identificar os benefícios com a participação brasileira em operações de paz, o estudo pretende evidenciar as participações brasileiras nesse tipo de operação em diversos países e em diferentes épocas. Para tal foram formulados objetivos específicos para a consecução do objetivo geral de estudo, a fim de permitir o raciocínio lógico do estudo:

- a) Estudar o conceito de operação de paz;
- b) Estudar a participação brasileira em Angola;
- c) Estudar a participação brasileira no Timor Leste;
- d) Estudar a participação brasileira na MINUSTAH;
- e) Descrever os objetivos políticos da participação do Brasil em missões de paz.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A presente pesquisa justifica-se pelo teor do assunto ser de grande importância, para relações com outros países, até mesmo quando se trata de questões comerciais.

O emprego da Força Militar brasileira contribui para o desenvolvimento da reputação positiva do Estado brasileiro no cenário internacional e além do fato de

que esses tipos de operações militares contribuem para ser um grande instrumento de projeção de poder perante os países vizinhos ou intercontinentais.

É importante lembrar que a discussão sobre assuntos estratégicos, como operações de paz, não se restringe somente para servidores de altos escalões, mas sim para todo cidadão brasileiro. Quanto maior o número de pessoas adquirindo conhecimento, discutindo ou até realizando artigos sobre visão estratégica do Brasil no que se refere missão de paz e projeção de poder, melhor vai ser o entendimento e chegando até na melhor forma de operacionalizar as FA com procedimentos em níveis táticos.

2. METODOLOGIA

Para que se alcance o objetivo desta pesquisa, será feita leitura analítica e fichamento das fontes de consulta utilizando a modalidade exploratória empregada na abordagem do problema, no objetivo geral, materializada pela realização de pesquisa bibliográfica de especialistas no assunto e de militares que participaram de operações de paz.

O início da delimitação da pesquisa para definir termos e conceitos, com propósito de ter soluções viáveis dos problemas da presente pesquisa, a qual se baseia em uma revisão de literatura.

A coleta de dados foi feita por meio de manuais de Doutrina das Forças Armadas. Será feita também consultas a vários artigos científicos de pessoas especialistas sobre o assunto. No presente artigo, foram utilizadas as palavras chave Angola, Timor-Leste, Haiti, missão de Paz, projeção de poder e operação de paz.

2.1.REVISÃO DE LITERATURA

2.1.1 Operações de paz: conceito

O sistema internacional sofre alterações a partir da ocorrência de fenômenos, situações e acontecimentos expressivos na ordem, tais como guerras ou crises econômicas. Além disso, as relações entre os Estados têm-se modificado de maneira significativa ao longo do tempo, gerando a preocupação e a motivação de investimento em um grande instrumento das Nações Unidas: As operações de paz.

As operações de paz tornaram-se uma espécie de expressão mais ostensiva do engajamento solidário da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança. Muito embora essas operações não conste na Carta das Nações Unidas, elas tornaram-se um importante instrumento a fim de ratificar a presença da ONU em áreas conturbadas. Dessa forma, foi notado que as operações de paz seriam de suma importância, com finalidade de implicações políticas, estratégicas, éticas e sociais.

As operações de paz possuem quatro categorias de compromisso: a prevenção de conflitos e diplomacia preventiva; a manutenção da paz; a imposição da paz e a construção da paz. Dentre elas, há dois tipos de categorias mais importantes, a primeira são as operações de manutenção da paz, que são empreendimentos multinacionais que precisam ter sido acordados anteriormente pelas partes envolvidas, servindo para converter esforços sobre uma área conflituosa ou com indícios de que está se tornando conflituosa, para assegurar a vida e promover segurança; e a segunda, são as operações de imposição da paz, tratam-se do desempenho de restabelecimento da paz entre envolvidos

beligerantes, sem prévio consentimento entre as partes.

Atualmente a imposição da paz é menos comum de ocorrer, em decorrência de críticas acerca do uso da força. Segundo o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha do Brasil) Carlos Chagas Viana, quanto maiores os níveis de força utilizados nas operações de paz, mais elas se tornam políticas e mais indistintas se tornam suas fronteiras com as operações de guerra. Todas as atuais operações de *peacekeeping*, ocorrem com o consentimento do Estado envolvido e permitem o uso de todos os meios necessários, segundo o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O uso da força, no entanto, é autorizado para proteger civis, conforme a Lei Internacional Humanitária de distinção, que dispõe princípios, tais como, proporcionalidade e uso mínimo da força. (Divisão de missão de paz, COTer, 2019)

2.1.2 Participação brasileira nas missões de paz

Nos primórdios das operações de paz, a contribuição do Brasil não foi de suma importância, porque coincidiu com o início da guerra fria-1945 a 1991, que dificultava as aprovações de resoluções de cunho mais pacifistas dos conflitos no cenário internacional. Com o fim da Guerra Fria o contexto estratégico internacional foi modificado, ampliando os campos, tanto para atuação militares quanto operações ideológicas, forçando um maior comprometimento dos estados para a manutenção de paz no âmbito internacional.

A cooperação do nosso país em questões de assuntos internacionais é de vertente crescente e tem exercido um papel de constante distinção no que se refere a operações de paz na África e Ásia. Com a obtenção de bons resultados nas décadas que antecedem os anos 90, houve uma maior participação do Brasil nas décadas seguintes, com a movimentação de tropas às operações de paz da ONU, empregando unidades nos locais, como: Angola (UNAVEM I-II-III); Moçambique (ONUMOZ); Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET); e Haiti (MINUSTAH).

A República Federativa do Brasil veio desenvolvendo programas e atividades particulares, considerando que cada país detém demandas e demandas específicas, com o objetivo de coordenar e ampliar os trabalhos com a ONU, contribuindo assim para o desenvolvimento humano e o combate à pobreza nos países receptores das missões.

O Brasil está se tornando um importante elemento no cenário mundial no assunto de *peacekeeping*. É uma tarefa complicada, tendo em vista que no decorrer dos anos os conflitos se modificaram, pois atualmente, muitos não-combatentes já não ficam isolados como antes, eles se organizam formando grupos armados em busca da própria defesa.

Porém, no que tange a operação orçamentária brasileira, o Brasil nesse quesito também se beneficia, uma vez que sua contribuição financeira é ínfima nas operações de paz, resultado de uma ausência política para que possibilite uma maior participação em missões de paz.

2.1.2.1 Operações de paz em Angola

Angola era uma colônia de Portugal, adquirindo sua independência no dia 11 de novembro de 1975. Contudo, a transição de poder político, tornou-se conturbado, havendo portanto, conflitos entre três movimentos nacionalista procurando, cada movimento, proclamar a independência do País.

Estes movimentos nacionais eram: União Nacional para a Independência Total da Angola (UNITA), Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA), e Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA). Desses movimentos, o MPLA, com demasiada influência da União Soviética, no âmbito internacional, fôra o único a ser reconhecido pela sociedade internacional, e conseqüentemente, logo em fevereiro de 1976, a República de Angola adentra a ONU com o aval do CSNU. No âmbito brasileiro, a notícia de independência da Angola foi recebida com grande afeto; o Brasil, pois, foi o primeiro país do mundo a reconhecer a ex-colônia portuguesa. O universalismo da política externa do Presidente Ernesto Geisel tirava do escopo brasileiro a ideologia como forma de cooperação, e sim visava fontes e oportunidades comerciais e políticas norteadas por cooperações Sul-Sul.

Como desenvolvido os condicionantes norteadores das missões de paz da ONU e suas vertentes, a UNAVEM, Missão de Verificação das Nações Unidas na Angola, caracteriza-se como uma missão de construção e manutenção da paz. Dividida em três, UNAVEM I, UNAVEM II e UNAVEM III, sob intensa ajuda brasileira; e sua sucessora MONUA, Missão de Observações das Nações Unidas. (Alberto Lucas Artifon Cinthia Raquel da Silva Paixão Gibran Schreiter Costa João Paulo Alves Assêncio Júlia Rabelo Mousinho Sabryna de Almeida Sabino Centro. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil.** Universitário do Distrito Federal-UDF, 28 de julho de 2017)



Figura Nr 04: Embarque das tropas brasileiras para a missão de paz em Angola
Fonte : <<http://www.eb.mil.br/unavem>>

Conforme Kemmer, Thaíse (2017) a *United Nations Angola Verification Mission I* (UNAVEM I) foi estabelecida por meio da Resolução nº 626, de 20 de dezembro de 1988 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/RES/626, 1988). O objetivo dessa missão foi o de verificar a retirada de tropas cubanas do território angolano.

Além do envio de observadores militares brasileiros, o Major General Pérciles Ferreira Gomes comandou um contingente de 70 observadores militares das Nações Unidas. Em 1991, houve os Acordos de Bicesse, firmados entre o MPLA e a UNITA (MEIJER e BIRMINGHAM, 2004, p. 15). Os Acordos de Bicesse previram um cessar-fogo, a formação de forças armadas unificadas em Angola, a desmobilização de tropas, a restauração da administração do governo em áreas controladas pela UNITA e a realização de eleições multipartidárias parlamentares e presidenciais (*ibidem*). As eleições realizadas em setembro de 1992 deram a vitória ao MPLA, com 54% dos votos na Assembleia Nacional, contra 34% da UNITA e 12% de partidos minoritários (*ibidem*).

Nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos obteve 49,6% dos votos e Jonas Savimbi, 40,1 % (HODGES, 2001). Como nenhum dos lados obteve a maioria absoluta, deveria haver um segundo turno das eleições presidenciais, o que, em razão do retorno dos conflitos violentos, nunca ocorreu

(HODGES, 2001). Assim, o Acordo de Bicesse não foi suficiente para pôr um término na guerra civil angolana, de forma que as Nações Unidas implementaram uma nova missão de manutenção da paz no país, a *United Nations Angola Verification Mission II* (SAMPAIO, 2015). Essa missão foi estabelecida por meio da resolução no 696 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabelecida em 30 de maio de 1991 (S/RES/696, 1991) e, de acordo com o Exército Brasileiro (2017), teve o objetivo de monitorar os acordos feitos entre o governo angolano do MPLA e a UNITA no tocante ao monitoramento do cessar-fogo e das eleições no país. Nesse contexto, além do envio de observadores militares e policiais, o Brasil contribuiu com o envio de uma equipe médica composta por 14 médicos enfermeiros e militares. Nas eleições de 1992, foram enviados, também, observadores eleitorais (FONTOURA, 2005, p. 216).

A UNAVEM II, no entanto, não proporcionou o fim da guerra civil angolana. De acordo com Bellamy *et al.* (2004), embora a UNAVEM II tenha conseguido criar um mecanismo de monitoramento, os rebeldes da UNITA e o governo angolano aproveitaram o momento de calma para promover seu rearmamento. Assim, em 421 Conjuntura Global, vol. 6 n. 3, set./dez, 2017, p. 416 – 438 1995, em um novo momento de cessar-fogo, a UNAVEM II foi substituída por uma missão muito maior, a *United Nations Angola Verification Mission III* (UNAVEM III).

A UNAVEM III foi aprovada por meio da resolução no 976, de 8 de fevereiro de 1995 (S/RES/976, 1995) e constituiu, em termos de contingente de tropas, a maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas da década de 1990 (SAMPAIO, 2015, p. 11). Os objetivos da UNAVEM III foram os de apoiar as partes no restabelecimento da paz e na reconciliação nacional (S/RES/976, 1995, p. 2). Nesse contexto, de acordo com Fontoura (2005, p. 216), o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria composto por 800 homens, uma companhia de engenharia de 200 homens, dois postos de saúde, com 40 médicos e assistentes, e cerca de 40 oficiais do Estado Maior, além de policiais e militares. Contudo, de acordo com Nsia-Pepira (2014, p. 106), o Ocidente não quis dar apoio indefinido a uma missão de paz tão grande quanto a UNAVEM III, de forma que o Conselho de Segurança reduziu a presença das Nações Unidas em Angola e aprovou a criação da *United Nations Observer Mission in Angola* (MONUA), por meio da Resolução 1118 (1997) de 30 de Junho de 1997.

MISSÃO	MILITARES	POLICIAIS	CIVIS	PERÍODO
UNAVEM I	16	-	-	1989 - 1991
UNAVEM II	77	39	4	1991 - 1995
UNAVEM III	4.174	48	-	1995 - 1997

Figura Nr 5 : O Brasil nas missões. de paz na angola (1889-1997)
Fonte: Kemer, Thaíse (2017)

De acordo com Kemer, Thaíse (2017) verifica-se, assim, que há um aumento da cooperação para o desenvolvimento entre o Brasil e Angola com o passar do tempo. Contudo, o quadro mais amplo da política externa brasileira para a África revela que esse aumento da cooperação respondeu a mudanças da política interna do Brasil para a África, o que não necessariamente implicou uma reorientação do Brasil no tocante à sua atuação internacional para a promoção da paz. Portanto de acordo com os pensamentos de Kemer, Thaíse (2017) o Brasil ainda não possuía uma doutrina de continuidade de processo de paz, se atentando somente, na época com o envio de tropas e poucas ações subsequentes.

2.1.2.2 Operações de paz no Timor Leste

De acordo com Bracey, Djuan(2011) a natureza pragmática da política externa brasileira é claramente percebida em suas contribuições no Timor Leste. No fim da década de 90, a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso procurou alianças econômicas e políticas mais fortes além da Europa e dos Estados Unidos. O sudeste asiático tornou-se uma região atrativa por causa da ânsia de novas economias industrializadas na região, incluindo os "Quatro Tigres Asiáticos" (PEPE; MATHIAS, 2006). O Timor Leste, por consequência, criou uma oportunidade única para o Brasil, sua condição de ex-colônia portuguesa que lutava para ter grande visibilidade para a sua independência propiciou ao Brasil demonstrar ativamente a sua política externa independente, seu compromisso com a autodeterminação e sua expansão dos laços econômicos com o sul global (PEPE; MATHIAS, 2006).

O Timor Leste chamou atenção da comunidade internacional pela primeira vez nos anos 1990 quando sua luta para pôr fim a 25 anos de ocupação indonésia se tornou violenta (PEPE; MATHIAS, 2006). Com concessão do governo indonésio e português, o Conselho de Segurança autorizou a Resolução 1246 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999), que estabeleceu a Missão das Nações Unidas no Timor Leste (em inglês, United Nations Mission in East Timor [UNAMET]) em 1999 (Djuan; Bracey, 2011). O objetivo dessa missão era realizar um referendo para determinar se a população timorense apoiava a criação de uma região autônoma especial ou a independência da Indonésia. Após o referendo revelar um claro apoio à soberania, a ONU enviou novecentos soldados para servir na INTERFET sob a liderança australiana após os milicianos pró-Jacarta entrarem em confronto com os timorenses (Djuan; Bracey, 2011).

Segundo Djuan; Bracey, (2011) a gestão Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (em inglês, United Nations Transitional Administration in East Timor [UNTAET]), notavelmente liderada pelo diplomata Sérgio Vieira de Mello como o representante especial do secretário-geral da ONU, seguiu a UNAMET e a INTERFET em 1999 e durou até a independência do Timor Leste em 2002. O objetivo da UNTAET era criar um governo interino para prestar assistência humanitária, ajudar no desenvolvimento, apoiar medidas de capacitação da população e oferecer segurança e manter a lei e a ordem. A UNIMITSET seguiu a UNTAET quando a independência foi alcançada com o objetivo de ajudar o novo governo, promover interinamente a imposição da lei e manter a segurança timorense. A Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (em inglês, United Nations Integrated Mission in East Timor [UNMIT]) é uma missão em curso estabelecida em 2006 pela Resolução 1704 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006) com o objetivo de consolidar a estabilidade, promover uma

governança democrática e facilitar o diálogo político com a comunidade timorense.

O Brasil teve participações da UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISSET, e da UNMIT. O papel mais crítico de Brasília nelas foi o de mediador, uma posição que tem mantido na medida em que busca preservar cautelosamente sua neutralidade a fim de manter relações amistosas com os timorenses e com o governo indonésio (PEPE; MATHIAS, 2006). A presença de tropas brasileiras foi, comparativamente, limitada; o governo de Fernando Henrique enviou apenas 57 soldados para a INTERFET e 91 para UNTAET (PEPE; MATHIAS). O Brasil optou por seu papel de árbitro em função dos seus interesses econômicos na Indonésia, cuja economia oferece oportunidades de investimento promissoras (PEPE; MATHIAS, 2006). Juntamente com os seus compromissos de manutenção da paz, o Brasil continua a desempenhar um papel forte no desenvolvimento e educação no Timor Leste, a fim de assegurar a sua presença na região (PEPE; MATHIAS, 2006).

Segundo Djuan; Bracey, (2011) o papel do Brasil no Timor Leste esteve amplamente associado aos seus objetivos pragmáticos de cunho econômico e político. Com o fim da Guerra Fria, as atividades da ONU tornaram-se mais multidimensionais e priorizaram o ambiente pós-conflito para desenvolver as condições necessárias para evitar futuros surtos de violência. Essas novas características das ações da ONU permitiram ao Brasil tornar público os aspectos humanitários de sua política externa e sua disposição de comprometer-se em longo prazo com a construção do Estado do Timor Leste. A ênfase da gestão do governo Fernando Henrique nos direitos humanos e democratização também permitiu ao Brasil mostrar para o mundo sua transição para a projeção da política externa.

A aspiração brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança foi também um fator de engajamento no Timor Leste. O governo anunciou formalmente esse objetivo em 1994 (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). O Timor Leste também permitiu ao Brasil legitimar o seu status desejado, especialmente após o seu argumento de reforma do Conselho de Segurança ter sido enfraquecido devido a sua oposição anterior às missões baseadas no capítulo VII.



FOTO Nr 6 :*Fernando Henrique Cardoso aperta a mão de soldado antes do embarque, em Brasília*
Fonte:< <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2109199901.htm>>

2.1.2.3 Operações de paz no Haiti

Segundo Artifon, Paixão, Costa, Assêncio, Mousinho e Sabino(2017) no ano de 2004, o Haiti apresentava um cenário caótico, que não se limitava apenas à esfera política. O presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, enfrentava problemas para se afirmar no poder, devido às eleições conturbadas, ocorridas em 2000, e marcadas por denúncias de fraude. Neste período, a crise política se alastrou e acabou gerando confrontos violentos pelo país, causando preocupação na comunidade Internacional. Após a renúncia de Aristide, seu sucessor, Boniface Alexandre, permitiu que a ONU interviesse para estabilizar o país, porém, essa não seria a primeira vez.

O Haiti é possuidor de um histórico conturbado marcado por golpes e crises, e portanto a intervenção da ONU no país em 2004, já não foi a primeira. De acordo com Arfifon, Paixão, Costa, Assêncio, Mousinho e Sabino (2017) em 1991, após ser eleito, o presidente Aristide foi derrubado por um golpe de estado liderado pelo general Raoul Cedras. A Organização do Estados Americanos se posicionou contrária à situação e a percebeu como um risco à estabilidade do estado haitiano e a questão acabou sendo levada à mais alta instância nas discussões sobre segurança internacional, o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 1994, após uma grave crise política e algumas tentativas de solução do caso, foi decidido através da resolução nº 940, a autorização de uma força multinacional, liderada pelos EUA e sucedida pela UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti), para retirar os militares do poder, para que, desta forma, Aristide pudesse retomar o cargo.

A figura de Aristide se repete de forma marcante na história haitiana por ter sido presidente durante os dois momentos mais importantes em que as Missões de Paz se fizeram necessárias no país. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), foi estabelecida devido ao cenário de deterioração em que o país se encontrava. Tratava-se de um ambiente em que as instituições eram incapazes de cumprir suas funções e utilizavam a força, por meio de milícias, para satisfazer seus interesses e reprimir a oposição. Tal situação pode ser entendida como consequência do fim das forças armadas em 1995, em que vários militares se juntaram às milícias e grupos armados criminosos, que se enfrentaram no início de 2004 em decorrência de denúncias de corrupção por parte do governo. Diante das pressões sofridas, Aristide renunciou em fevereiro do mesmo ano e se exilou na República Centro Africana, deixando o cargo e a responsabilidade a Alexandre Boniface, que assumiu como presidente interino e requisitou auxílio da comunidade internacional para estabilizar o Haiti. Aristide afirmou que havia sido forçado a renunciar por pressão dos EUA.

Conforme GASPAR LESSA (2007) entre 1996 e 2000, houve ainda três missões para o Haiti: Missão das Nações Unidas para Auxílio no Haiti (UNSMIH); Missão das Nações Unidas para a Transição no Haiti (UNTMIH); e Missão das Nações Unidas de Polícia no Haiti (MIPONUH). Antecedendo a MINUSTAH, foi estabelecida uma Força Multinacional Interina que havia como objetivo solucionar os problemas enfrentados no país. Estabelecida pela resolução nº 1529, por uma votação unânime, que incluía o Brasil, foram determinadas as ações sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que autorizava os países participantes da Força a utilizar todos os meios necessários para o cumprimento da missão.

Não suficiente, a MINUSTAH foi estabelecida pela resolução nº 1542 e passou a assumir as ações no Haiti como substituto da Força Multinacional Interina. Dos objetivos da Missão de Paz, se destacam, apoio ao governo transitório, promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração dos grupos armados, restauração e manutenção da lei e da ordem, proteção de funcionários e instalações da ONU e proteção de civis de ameaça de violência física.

A MINUSTAH foi estabelecida com o Brasil no comando do componente militar podendo ter até 1.622 policiais e 6.700 tropas militares de 15 nacionalidades. Os esforços brasileiros para que a missão fosse capaz de alcançar seus resultados, não se limitam apenas às questões de segurança, e a operação se destaca pelo tratamento dado pelo Brasil como uma prestação de solidariedade, o trabalho exercido pelas Forças Armadas não fora simplesmente de manutenção da paz, mas um trabalho que visou questões de desenvolvimento e de ajuda humanitária. Tais ações podem ser percebidas através do envolvimento da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), em obras que certamente trazem benefícios aos haitianos, como instalações de tribunais (feitos em parceria com o Ministério da Justiça do Haiti), recuperação de vias em Porto Príncipe, entrega de poços artesianos e construções de escolas e hospitais e doações destinadas ao desenvolvimento do país. A presença brasileira foi bem vista pelos haitianos e após o início da missão houve uma aproximação entre os dois países, o que foi um benefício à MINUSTAH. A aproximação cultural entre Brasil e Haiti, certamente foi uma razão que facilitou o trabalho que foi desenvolvido, como exemplo, em 2004 foi realizado o Jogo pela Paz entre as seleções dos dois países, que contou com a presença de Ronaldo, Ronaldinho Gaúcho, Roberto Carlos e o ex-presidente Lula. (Alberto Lucas Artifon Cinthia Raquel da Silva Paixão Gibran Schreiter Costa João Paulo Alves Assêncio Júlia Rabelo Mousinho Sabryna de Almeida Sabino Centro. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil.** Universitário do Distrito Federal-UDF, 28 de julho de 2017)

Apesar de as forças militares contarem o apoio de grande parte da população, eles estavam situados em um ambiente de violência urbana generalizada, entretanto, obtiveram sucesso em ações contra grupos armados que dominavam cidades como Porto Príncipe, Cité Soleil, Bel Air e Cité Militaire.

O Brasil enviou no total 26 contingentes, de 2004 a 2017 para o Haiti (MINUSTAH). A MINUSTAH contou com cerca de 2.342 militares no Haiti, dentre os quais 980 sendo brasileiros, no último ano de missão.

A projeção de característica militar (Hard Power) é uma das variáveis mais nítidas e notáveis desta operação. Tudo estava indicando que o Brasil seria mais um dentre todos os países participantes da MINUSTAH. Porém, em virtude de o comandante das forças militares ser Oficial General brasileiro desde a implantação desta missão coloca o País numa posição de destaque e que simultaneamente amplia sua responsabilidade. (Lessa, 2010).

Com relação ao adestramento operacional da tropa, a participação do Brasil na Missão de paz desencadeou enormes benefícios nas FA. Uma parcela considerável da tropa tem experiência em missões de paz. E como os militares particularmente do Exército Brasileiro mudam constantemente entre comandos militares distribuídas pelo amplo território nacional, torna-se portanto um vetor de transmissão de conhecimento e melhores práticas dentro da força.

De acordo com Kemmer, Tahíse (2017), no que se refere em respeito em diferentes tipos de culturas, etnias e religião as tropas em missão de paz jamais ousou desrespeitar a população haitiana nesse sentido. Sendo um dos fatores de sucesso nesses 13 anos de missão.

A MINUSTAH, de acordo com Lessa, Gaspar (2007) (conforme a Resolução do Conselho de Segurança, tinha os objetivos de Substituir a Força Multinacional Interina (MIF), apoiar a Polícia Nacional do Haiti (PNH) no controle de armas, na implementação de medidas de segurança pública e no desarmamento de grupos revoltosos, apoiar na restauração da lei e da ordem no Haiti, proteger o pessoal da ONU e suas instalações e equipamentos, garantindo sua liberdade de movimento, apoiar a realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais, proteger civis e grupos vulneráveis contra a violação dos direitos humanos e apoiar as atividades de assistência humanitária.

A participação brasileira na MINUSTAH, de acordo com Lessa, Gaspar (2007), foi a maior operação militar do Brasil no exterior desde a Segunda Guerra Mundial, permitindo o aparelhamento das organizações militares envolvidas, intercâmbios, cursos e aprimoramentos profissionais.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos meios de coleta de ficha de dados e entrevistas de militares que serviram em missões de paz.

2.2.1 Procedimentos Metodológicos

Para que ocorresse a pesquisa e os conhecimentos fossem produzidos e compilados, foi feito um estudo bibliográfico com fontes secundárias e algumas primárias também. A triagem das fontes para coleta de dados tem finalidade de atingir autores de renome acadêmico dando prioridades a trabalhos militares. Enriquecendo, dessa forma, o estudo em questão.

A pesquisa se moldará por meio das etapas de escolha e delimitação do tema, uma problematização acerca do tema e a construção de um plano de desenvolvimento. Tal plano será responsável por enumerar os assuntos necessários para a compreensão plena do tema, compondo portanto as seguintes subseções: (citar as entrevistas)

2.2.1.2 INSTRUMENTOS

Pesquisas bibliográficas foram feitas acerca do assunto. Dessa forma pode-se acessar os dados de pesquisas e relatórios pós missões que alimentam a 5ª SubChefia do EME, as informações que alimentam o SADLA (Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas), sendo esse, o portal de lições aprendidas do Exército, bem como o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. Soma-se à essas fontes a experiência adquirida por militares entrevistados e pelo autor ao participar como comandante de Pelotão de Engenharia do 24º Contingente Brasileiro no Haiti em 2016.

2.2.4. Análise dos Dados

A partir dessas seções citadas no item “procedimentos metodológicos” irá se argumentar, discutir os resultados e concluir o trabalho. Buscando verificar as bibliografias, trabalhos referentes ao assunto com a participação do Brasil em operações de paz, especificamente a MINUSTAH. Registros, relatórios e artigos científicos sobre a atuação das FA brasileiras nesse tipo de operação serão aproveitados, facilitando a análise e conclusões acerca do assunto.

2.2.4.1 Entrevistas

Para a finalidade de contribuir a este trabalho com relatos de militares que vivenciaram e visualizavam ações dentro do assunto no artigo abordado. Foram realizadas entrevistas exploratórias com os seguintes militares:

NOME	JUSTIFICATIVA
GUSTAVO MARTORELLI - CAP EB	Experiência como operador psicológico em missão de paz no Haiti (MINUSTAH)
SERGIO MONTEIRO - CAP RES REM	Experiência como auxiliar de operações na missão de paz no Timor-Leste (UNAMET)
RONALD FELIPE DE PAULA SANTANA ;- CAP EB	Experiência em missão de paz (MINUSTAH) e Instrutor do CCOPAB
TARSSO DA CRUZ CASTRO - CAP EB	Experiência em missão de paz (MINUSTAH)

QUADRO1–Quadro de Especialistas entrevistados

Fonte: O autor

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RESULTADO DE ENTREVISTAS

Conforme método escolhido por este autor, vai ser posto em discussão os resultados de entrevistas, evidenciando o ponto de vista de cada militar que vivenciaram as operações em períodos distintos e atuando em diferentes funções, dando portanto, perspectivas diversas sobre os assuntos abordados na entrevista. Objetivando portanto opiniões de pessoas que viram in loco a situação do emprego da tropa em missões de paz.

Segundo entrevista feita ao CAP RES REM SERGIO MONTEIRO foi perguntado como **consegue avaliar o desempenho da tropa de uma maneira global**. E a resposta obtida foi de que apesar da distância (foram 36 horas de avião) e a 17.500 Quilômetros de distância do Brasil, portanto nos períodos de arejamento os militares não puderam ir a sua terra natal, a comunicação com os

parentes era por telefone, os militares se comportaram muito bem, cumprindo todas as missões impostas, complementadas com bastante atividades físicas, incluindo competições em várias modalidades esportivas.. Perguntado se **houve hostilidade ou a população foi receptiva com a presença militar?** A resposta coletada foi de que a população local principalmente na zona rural em que fiquei instalado, foi muito receptiva, nos recebiam muito bem e tinham curiosidade em saber de qual país pertencíamos, tendo em vista que já sabiam identificar pelo uniforme determinadas raças, porém ficavam confusos conosco porque tinham brancos, negros, alguns de origem oriental e indígenas (miscigenação).perguntado sobre se **houve ACISO (Ação Cívico Social) para população ou melhorias realizadas.** Obteve-se como resposta que Sim, foram feitos ACISO com montagem de um posto médico móvel, escolinha para crianças aprenderem capoeira, ajudamos com pessoal a Engenharia australiana a recuperar de alguns trechos de estradas danificadas pela chuva e recuperação de uma escola mesmo com militares não especializados.

Segundo entrevista feita ao CAP Eng GUSTAVO MARTORELLI foi perguntado como **consegue avaliar o desempenho da tropa de uma maneira global.** E a resposta obtida foi de que o desempenho da tropa foi excelente. Um dos aspectos que diferenciavam os militares brasileiros dos demais militares da MINUSTAH era o pendor natural para o desenvolvimento de ações na dimensão humana e informacional. Apesar do treinamento intenso realizado antes do embarque, os militares brasileiros em geral demonstravam paciência e empatia em suas ações. Isso proporcionou a construção de um relacionamento de respeito mútuo entre haitianos e brasileiros, e facilitou a condução da maioria das atividades operacionais sem que houvesse conflito nos últimos contingentes. Perguntado se **houve hostilidade ou a população foi receptiva com a presença militar?** A resposta coletada foi de que a população em geral possui uma impressão muito positiva acerca dos militares brasileiros. A relação entre haitianos e brasileiros é um exemplo para os demais países que enviaram contingentes ao Haiti, e pode-se dizer que nossas tropas foram as que mais demonstraram empatia e inspiraram confiança aos civis daquele país. Para o militar, o maior legado profissional é a experiência de operação em solo estrangeiro, em um ambiente operacional que se demonstrava difuso e complexo, típico dos conflitos em amplo espectro. O maior legado pessoal, na minha opinião, é o contato enriquecedor com um povo estrangeiro e suas especificidades culturais. Perguntado sobre se **houve ACISO (Ação Cívico Social) para população ou melhorias realizadas.** Obteve-se como resposta que Sim, Era comum que fossem realizados ACISOs nas áreas mais necessitadas, sempre com objetivos informacionais a serem atingidos com as atividades.

Segundo entrevista feita ao CAP Eng RONALD FELIPE DE PAULA SANTANA foi perguntado como **consegue avaliar o desempenho da tropa de uma maneira global.** E a resposta obtida foi que na sua opinião, a tropa demonstrou um excepcional desempenho global durante a permanência no HAITI, sobretudo no período em que estive na missão. Destaque para o período pós furacão Matthew, onde a tropa brasileira se destacou na assistência aos haitianos. Perguntado se **houve hostilidade ou a população foi receptiva com a presença militar?** A resposta coletada foi de que De uma maneira geral, a população sempre foi receptiva. Perguntado sobre se **houve ACISO (Ação Cívico Social) para população ou melhorias realizadas.** Obteve-se como resposta que Sim, Todas as semanas visitávamos um orfanato em porto príncipe. Além disso, várias foram as reformas em escolas, igrejas e orfanatos no Haiti.

Segundo entrevista feita ao CAP Eng TARSSO DA CRUZ CASTRO foi perguntado como **consegue avaliar o desempenho da tropa de uma maneira global**. E a resposta obtida foi que Sim. Desempenho excelente. Todas as tarefas foram realizadas no tempo de desdobramento no Haiti, além de todo processo de desmobilização de material e pessoal para o encerramento da Missão do Componente Militar. Diversos representantes dos diversos setores da Missão externavam o respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido pela Cia E F Paz-Haiti. Perguntado se **houve hostilidade ou a população foi receptiva com a presença militar?** A resposta coletada foi de População foi amigável e favorável às tropas brasileiras. Perguntado sobre se **houve ACISO (Ação Cívico Social) para população ou melhorias realizadas**. Obteve-se como resposta que Sim. As ACISOs eram pontuais em proveito das instituições que prestavam apoio a população haitiana e foram doados diversos itens para ampliar a atuação das ONG e sociedade civil Organizada para criar condições de desenvolvimento social em locais determinados.

Como pode-se presumir de maneira geral que as missões ,na visão dos militares que vivenciaram, que praticamente não houve hostilidade entre a população e os militares que o desempenho da tropa, dentro da concepção dos entrevistados, atingiu um patamar de excelência e que praticamente em todos os contingentes sempre houve a preocupação de realizar ações cívicos sociais em localidades carentes. Isso possibilita concluir que as missões de paz brasileiras conseguem atingir os objetivos determinados sem que haja muita hostilidade e danos colaterais que possa interferir de modo negativo a imagem do Brasil. Isso se resume em um termo dito por Kemer, Thaíse(2017) o “Brazilian Way”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gaspar, Lessa (2007) acredita que a participação brasileira em missões de paz da ONU é um dos principais fatores que tem possibilitado ao Brasil melhorar e ampliar sua credibilidade e sua autoridade para atuar no cenário mundial, particularmente em sua liderança regional.

Como proposto pelo artigo, os subitens responderam aos problemas citados anteriormente.

4.1 Relação do sucesso das operações de paz protagonizadas pelas tropas brasileiras para a projeção do Brasil no aspecto internacional

O Brasil desde o engajamento conjunto com outras Nações de primeiro mundo na Segunda Guerra Mundial e pelo cenário pacífico de países circunvizinhos não houve nenhum confronto ou intrigas que o faça ter uma guerra eminente, ficou evidente que suas participações em missões de paz o projetou no âmbito internacional como uma Força Armada com capacidade de emergir e se destacar caso o território brasileiro esteja ameaçado por um invasor. O homem brasileiro, cujo idioma se distingue de todas as Nações Latinas e sua singular história miscigenada, se destaca em várias missões quando em trabalho conjunto de outros povos. O soldado brasileiro, cujos relatos apresentados em vários documentários televisionados mostrou o quão se tornou aperfeiçoado na árdua tarefa de projetar o Brasil nas mais diversas terras. Com isso trouxe para o ceio da caserna experiências profícuas e valorosas repassadas aos que aqui permaneceram. Nações ricas têm como destaque seus armamentos e equipamentos de primeira linha, mas o Brasil sempre se destacou no quesito valor humano, um combatente aguerrido desde a época do “Senta a Pua” até a

contemporaneidade, não tem complexo de vira-lata e se sobressai com espontaneidade.

4.2 Vantagens advindas ao se projetar o país numa missão de paz

Podemos citar algumas vantagens para o país, inicialmente a projeção no cenário internacional, onde num mundo globalizado permite que essa visualização busque interesse ao telespectador em conhecer aquela nação que está engajada numa “ajuda humanitária”. Concomitantemente portas se abrem no sentido de quem é visto será lembrado, e positivamente até no sentido pormenorizado de uma aceitação de importação e exportação de produtos. Lembrando que pejorativamente éramos lembrados como o país do carnaval, alguns até hoje acham que o Brasil é uma imensa floresta e outros mais deploravelmente acham que não somos sérios, uma vez que escândalos envolvendo corrupção a nível nacional apresenta uma visão terrivelmente negativa.

Sem mudar o foco mas com o mesmo intuito de enumerar vantagens, temos o Adestramento da tropa: militares das três Forças que são enviados ao exterior num ambiente hostil porém em sua grande maioria não se encontram numa guerra efetivamente. Com isso, a tropa retorna com uma experiência e maturidade, a um nível de adestramento eficaz onde com a convivência com militares de variadas nações obteve conhecimento a um nível similar a países de primeiro mundo. Observando ainda nesse aspecto sem onerar dos cofres públicos uma quantia considerável no tocante a salários, compra de equipamentos, armamentos, viagens e instalações.

Dentro ainda desse escopo, essas missões contribuem substancialmente para que o Conselho de Segurança da Nações Unidas, possibilite ao Brasil ser contemplado com uma cadeira efetiva, dando portanto notoriedade para o nosso país no cenário internacional.

4.3 Benefício para as Forças Armadas em geral ao participar em uma missão de paz

Existem vários fatores benéficos para as Forças Armadas ao participar em uma missão de paz. Primeiramente no âmbito do quadro efetivo dos Oficiais e Praças. Estes são escolhidos por mérito pessoal em suas Unidades de origem, são adestrados com inúmeras instruções teóricas e práticas num cenário mais próximo possível da realidade, ambientando-os ao máximo antes do embarque. Este homem estando preparado intelectualmente, psicologicamente e fisicamente, ao se deparar com a realidade local tende ao aprimoramento contumaz. Dentro ainda do escopo pessoal, este militar valorizado e entusiasmado influenciará pelos históricos alcançados os demais companheiros de caserna, contaminando de forma positiva toda OM e inclusive os habitantes locais ao redor da Guarnição. Sem desmerecer o fato que financeiramente contribui para que o militar tenha uma segurança econômica.

No âmbito geral, esses benefícios tratados desencadeiam para as Forças Armadas o conhecimento em loco e em forma de permuta de informações na área da tecnologia, da logística, do emprego do material e comparativamente podemos entender melhor se o que estamos empregando e ensinando são necessários ou obsoletos, ou seja, de certa forma há uma globalização mais contemporânea do que outrora em que somente um ou outro militar viajava em missão ou para realizar algum tipo de curso trazendo novidades para a tropa.

Estes benefícios generalizados, como que por osmose mostra aos países circunvizinhos e na comunidade internacional o poder, o valor do Soldado brasileiro

e o poderio bélico, sendo cada vez mais requisitado pela ONU, que porventura não onera nossos cofres públicos.

Como conclusão, há diversos fatores, além dos já citados neste artigo, que proporciona vantagem de ordem políticas, militares e econômicas para o país ao se lançar em Operações de paz. O Brasil, como citado neste artigo, achou uma solução para se projetar mundialmente sem onerar belicamente e está ganhando notoriedade crescente no decorrer dos anos. Alguns artigos e reportagem fazem análises críticas de oportunidade de melhoria muitas válidas porém é inegável que as ações brasileiras em Operações da ONU já são de reputação bem notória.

REFERÊNCIAS

Martinelli, Caio Barbosa. **O jogo tridimensional: O Hard Power, o soft Power e a Interdependência complexa, segundo Joseph Nye.** Abril de 2016

SAMPAIO, Henriqueta. **A Política Externa Brasileira no Processo de Paz em Angola: da Reconstrução da Paz à Construção da Paz Positiva.** 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais 29 a 31 de julho de 2015.

HODGES, Tony *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* Indiana:Indiana University Press, 2001.

Kemer, Thaíse. **A atuação do Brasil para a promoção da paz em Angol: Um debate sobre “Brazilian Way” (1989-1997).** Conjuntura Global, vol. 6 n. 3, set./dez, 2017, p. 416 - 438

OLIVEIRA ANDRADE, Insrael;HAMANN PASSARELLI, Eduarda; AUGUSTO SOARES, Matheus. **A participação do Brasil nas missões de paz das Nações Unidas: Evolução desafios e oportunidades.** janeiro de 2019.

PEPE, Leandro; MATHIAS, Suzeley Kalil. **O envolvimento do Brasil na questão timorense. Lusotopie,** 2006.

BRACEY, Djuan. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti.**2011

Síntese histórica do timor leste disponível em: <<http://www.eb.mil.brunmitimorleste/>> Acesso em 26 de abril de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **MD34-M-02: MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ.** 3. ed. Brasília, DF, 2013.

(2019). Exército Brasileiro - 5a Subchefia do Estado-Maior. Base de dados com o número de militares brasileiros que participaram de todas as missões de paz da ONU e OEA.

EME. Estado-Maior do Exército. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/>>. Acesso em 26 de abril de 2020.

Alberto Lucas Artifon Cinthia Raquel da Silva Paixão Gibran Schreiter Costa João Paulo Alves Assêncio Júlia Rabelo Mousinho Sabryna de Almeida Sabino Centro. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil.** Universitário do Distrito Federal-UDF, 28 de julho de 2017 .

Nye, Joseph Samuel **Soft Power: The Means to Success in World Politics** PublicAffairs, 28 de abr. de 2009

Gaspar Lessa , Marco Aurelio. **A PARTICIPAÇÃO DOS CONTINGENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (MINUSTAH).** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção do Grau de mestre em administração pública ano de 2007